



O simulacro do progresso: reflexões sobre democracia, tecnologia e desenvolvimento local

Julio Cesar Andrade de Abreu¹

Resumo

Partindo de um texto crítico sobre desenvolvimento local, de Francisco de Oliveira, o presente ensaio busca reflexionar a relação entre desenvolvimento e democracia. Valendo-se da necessária e importante aproximação, feita por Oliveira, entre os conceitos de cidadania e desenvolvimento local, pretende-se deslindar o atual caráter dos termos democracia e desenvolvimento, no seio do sistema capitalista neoliberal. Tecnologia, Participação Popular e Orçamento Participativo são objetos pontualmente analisados sob o olhar das categorias gramscianas de hegemonia e contra-hegemonia para tornear o objetivo deste ensaio. Ao final, encontram-se pistas de que na atualidade se vivencia um simulacro de progresso que oculta, na verdade, um grande regresso social e político, pois, o conceito de desenvolvimento local não traz de fato, alternativas ao modelo hegemônico liberal em voga.

Palavras-chave: Democracia; Desenvolvimento; Tecnologia; Hegemonia

Recebimento: 6/5/2013 • Aceite: 27/6/2013

¹ Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil(2012), Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense. End: Universidade Federal Fluminense, Pólo Universitário de Volta Redonda - PUVR. Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira, 783, Bloco A, Volta Redonda, RJ - Brasil. E-mail: jandrade0@gmail.com

The simulacrum of progress: reflections about democracy, technology and local development

Abstract

Based on critical text about local development by Francisco de Oliveira, the present paper find to reflex the relationship between democracy and development. Using the important and necessary approximation made by Oliveira between the concepts of citizenship and local development, aims to unravel the current character of the terms democracy and development, within the neoliberal capitalist system. Technology, Popular Participation and Participatory Budgeting objects are promptly reviewed under the gaze of the categories of Gramscian hegemony and counter-hegemony to circumvent the purpose of this essay. In the end, there are hints that at present is experiencing a semblance of progress that hides, in fact, a great social and political return, because the concept of local development does not bring in fact, alternatives to the liberal hegemonic model in vogue.

Keywords: Democracy; Development; Technology; Hegemony

Introdução

O conceito de desenvolvimento certamente é um dos mais empregados e mais controversos na literatura sobre Gestão e Administração. Com forte influência de cunho liberal e neoliberal o conceito é por vezes reduzido a uma única dimensão: a dimensão econômica. Oliveira (2001, p.11) defende que o entendimento mais usual do termo desenvolvimento “é profundamente assimilado à noção de desenvolvimento econômico que ficou em moda nas décadas passadas, hoje substituída no discurso dominante por crescimento”. Entretanto, pensar o desenvolvimento exige um olhar mais amplo que contemple diferentes dimensões de forma integrada e interdisciplinar. Guerreiro Ramos (1989) faz uma vigorosa crítica aos processos de “unidimensionamento” que ocorre na sociedade onde apenas uma dimensão (a economia, reduzida ao mercado) se sobrepõe a todas as demais (sociais, culturais, políticas, etc). Guerreiro Ramos (1989) orienta para que o mercado não seja o único, mas sim mais um dos enclaves sociais existentes. Neste sentido, pensar o desenvolvimento local traz consigo a necessidade de envolvimento de todas as dimensões ou enclaves sociais.

O presente ensaio parte de um texto crítico sobre desenvolvimento local, de Francisco de Oliveira (2001), e busca reflexionar a relação entre desenvolvimento e democracia. Valendo-se da necessária e importante aproximação, feita por Oliveira (2001), entre os conceitos de cidadania e desenvolvimento local, pretende-se deslindar o atual caráter dos termos democracia e desenvolvimento, no seio do sistema capitalista neoliberal. Tecnologia, Participação Popular e Orçamento Participativo são objetos pontualmente analisados sob o olhar das categorias gramscianas de hegemonia e contra-hegemonia para tornar o objetivo deste ensaio. O texto está organizado da seguinte forma: no primeiro tópico se analisa a democracia, sua incompatibilidade com o sistema capitalista, a separação das dimensões política e econômica em seu seio e seus reflexos na participação popular, algo fundamental para o pleno exercício da cidadania. Logo em seguida, se analisa o Orçamento Participativo (OP) dentro deste contexto. Como Oliveira (2001, p.21) afirma, o OP é um mecanismo desformalizador “pois dissolve a legitimidade da representação tradicional, pondo em seu lugar uma nova forma, diretamente ancorada numa cidadania participativa: suas conseqüências sobre o campo político são imediatamente sentidas”. Finalmente, o terceiro tópico aborda a tecnologia inserida no contexto

democrático – participativo, que fora debatido nos tópicos anteriores, e destaca suas implicações para o atual modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal.

Democracia Hegemônica: A Separação entre Economia e Política

Dentre as diversas teorias marxistas, uma que permanece extremamente vigorosa é a de hegemonia e contra-hegemonia. O conceito de hegemonia em Gramsci é desenvolvido através da idéia de uma liderança ou direção exercida no meio político, cultural, intelectual, econômico ou social por uma classe, um bloco de classes ou mesmo um Estado - Nação. Almeida (2002) afirma que a hegemonia pode ocorrer por meio de consentimento ou mesmo da força, através das diversas instituições da sociedade civil ou do Estado. Gramsci (1978), valendo-se da visão de Marx, coloca que existem dois grandes planos superestruturais, que são a sociedade civil e a sociedade política (Estado) que representam a função hegemônica do grupo da elite dominante. Este grupo hegemônico obtém um consenso espontâneo das grandes massas que deriva de sua posição “histórica” de prestígio e ao mesmo tempo pela função desempenhada no mundo da produção. Quando este consenso espontâneo falha, existe todo um aparato de coerção estatal que garante “legalmente” a disciplina na sociedade.

A hegemonia é constituída por um conjunto de ações variadas de cooptação, domínio pela força, pelo consentimento ou mesmo de ilusões de consciência de um bloco de alianças que representa uma rede de instituições, de relações e idéias na qual uma classe dominante se torna dirigente. Este bloco de alianças também é chamado Bloco Histórico (GRAMSCI, 1978; KOHAN, 2004). Segundo Almeida (2002) o conceito de hegemonia em Gramsci está fortemente ligado ao de bloco histórico, que é uma articulação hegemônica baseada na estrutura e na superestrutura entre classes e mesmo fragmentos de classes que quando alcançam o poder no Estado efetivando a hegemonia como combinação de dominação e direção.

E não se deve aqui limitar os conceitos de hegemonia apenas ao convencimento de idéias e o bloco histórico apenas a uma aliança “mas [sim] como um bloco social e político no poder de Estado e também predominante na economia. Bloco Histórico é portando, um bloco de poder” (ALMEIDA, 2002, p.15). O bloco histórico procura desenvolver respostas aos problemas da sociedade de acordo com seus interesses.

Entretanto quando alguns setores da sociedade não se identificam com os apontamentos da hegemonia estabelecida podem ocorrer conflitos, contrariedades e reivindicações (SOUZA, 2005). Vários são os exemplos práticos de manifestações deste choque entre hegemonia estabelecida e setores da sociedade. Souza (2005) afirma que os movimentos populares, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra) “utilizam-se dos aparelhos privados de hegemonia para contestar a visão de mundo predominante” (SOUZA, 2005, p.3). Eagleton (1997) mostra a atualidade do pensamento gramsciano e apresenta a extensão das ações necessárias para superar uma hegemonia constituída, alertando que não basta a ocupação de fábricas ou mesmo o confronto direto com o Estado na contemporaneidade. O que deve ser afrontado, segundo Eagleton (1997) é toda a área cultural onde a hegemonia mantém domínios sobre valores, costumes, discursos, práticas e rituais.

As ações alternativas devem segundo Gramsci, ser construídas através de uma guerra de posições onde as classes dominadas focalizam suas ações não em um confronto direto ou uma ação revolucionária frontal, mas sim, em atitudes que busquem a conquista de corações e mentes buscando uma construção baseada no consenso (SOUZA, 2005). Goes (2007) afirma que diante de uma hegemonia globalizada, formada principalmente por idéias neoliberais (que começam a ser questionadas, devido à crise econômica) e de democracia representativa liberalista, que acentuam as desigualdades sociais e monopolizam as decisões políticas e econômicas no mundo, surgem forças diversas que realizam pequenas disputas e lutas. A organização de setores insatisfeitos e a criação de alternativas às opções hegemônicas são entendidas como ações contra-hegemônicas.

Coutinho (1999) defende que a crítica ideológica e a prática a ela associada devem ser o principal caminho para a construção de uma nova hegemonia. Para o autor a “luta pela hegemonia implica uma ação que, voltada para a efetivação de um resultado objetivo no plano social, pressupõe a construção de um universo intersubjetivo de crenças e valores” (COUTINHO, 1999, p. 115-116) corroborando assim a posição de Eagleton (1997).

Gramsci (1978) defende que para se derrubar idéias e valores arraigados não basta uma revolução armada, também é imperativo uma revolução de pensamentos que comporte uma transformação social baseada em novos valores culturais. É justamente este conjunto de valores arraigados em todas as dimensões da sociedade (produção material, atividades políticas, instituições, os mais diversos tipos de

organizações e sistemas sociais) que se reflete claramente na prática democrática da contemporaneidade no Brasil (COUTINHO, 1999; NOGUEIRA, 1999; AVRITZER, 2006) conduzindo a um modelo de democracia liberal hegemônica (SANTOS, 2002; WOOD, 2003), que tem como característica marcante a separação entre as dimensões econômica e política que ganham ainda mais relevo no cenário capitalista neoliberal.

Esta separação é extremamente útil e pertinente à classe hegemônica dominante, que consegue, através de todo um aparato legal do Estado, fazer prevalecer suas visões. Interessa nesta etapa da pesquisa, discutir como a hegemonia dominante inseriu nas palavras de Ellen Wood, uma “cunha entre o econômico e o político” (WOOD, 2003, p.28). Esta discussão é importante para torner toda a problematização do presente estudo. Partindo de um olhar da realidade social brasileira, se questionam quais são as raízes de seus problemas e envereda-se pelo caminho da análise da dimensão política. Ao constatar, fundamentado em diversos autores (WOOD, 2003; GRAMSCI, 1978; SANTOS, 2002; AVRITZER, 2006; NOGUEIRA, 1999; COUTINHO, 1999), que ocorre um descolamento da política com a economia parte-se para um aprofundamento da temática a partir de um exame do capitalismo neoliberal e hegemônico enquanto modelo produtivo dominante na sociedade. Este esforço analítico será responsável pela compreensão da cisão entre economia e política no modelo democrático atual.

Marx ao analisar a sociedade diz que os economistas de seu tempo, ao não reconhecerem a historicidade dos fenômenos no capitalismo, comportavam-se de modo similar à teólogos que negavam toda e qualquer religião distinta da qual praticavam. Tais economistas, segundo Marx, tratam o capitalismo como uma consequência natural e ao mesmo tempo algo imutável. Negando a realidade histórica do modo de produção capitalista, estes economistas tentam segregar o caráter transitório deste modelo produtivo (MARX, 1996; Quintaneiro, Oliveira e Oliveira, 2003). Marx empreende um esforço nítido em suas obras para deslindar a face política da economia que fora obscurecida por economistas políticos clássicos segundo Wood (2003).

Este processo de obscurecimento da face política da economia ocorre inicialmente ao ser ocultado o segredo fundamental da produção capitalista: a acumulação refere-se às relações sociais e ao poder exercido pelo capitalista sobre o operário (MARX, 1996). A questão central sobre esta constatação é que o poder exercido pelo capitalista sobre as relações sociais com os trabalhadores necessita de

uma configuração política específica de toda sociedade para que ocorra a expropriação do trabalhador. Segundo Wood (2003) esta configuração seria o equilíbrio das forças de classe, o poder do Estado, a propriedade privada absoluta e o poder de controle sobre a produção e a apropriação.

Para Marx a intervenção coercitiva estatal em favor das classes expropriadoras, ao lado do isolamento do produtor e dos meios de produção é uma característica fundamental do processo de segregação da face política da economia. Marx consegue realizar tal análise, pois diferentemente dos economistas clássicos, ele não concebe a economia como uma rede de forças incorpóreas, mas sim como esfera política e um conjunto de relações sociais (MARX, 1996; WOOD, 2003). Esta visão defendida por Marx, no entanto, não é unanimidade na escrita de algumas escolas marxistas ou mesmo marxianas, como afirma Wood (2003). Algumas proposições oriundas destas correntes de pensamento defendem, de maneira distinta, a abstração da economia e os circuitos do capital com o objetivo de construir uma alternativa sofisticada para justificar a economia burguesa (WOOD, 2003). Para Gramsci (1981a, 1981b) estas são interpretações equivocadas da obra de Marx, que são empregadas para legitimar um discurso que é totalmente contrário às proposições marxistas. Segundo Gramsci (1981a) uma corrente que ilustra esta situação é a dos economicistas, como Aquiles Loria (KOHAN, 2004).

Uma destas justificativas, elaborada por linhas teóricas da economia burguesa, é a separação dos sistemas de produção de seus atributos sociais. Tal posição tenta demonstrar a “eternidade e a harmonia das relações sociais” (WOOD, 2003, p.29). Percebe-se um esforço de tais intelectuais para enclausurar a dimensão política do capitalismo, empurrando este, para um lugar onde as relações de trabalho, as questões de produção e fluxo do circuito do capital possuem uma característica perene e isolada. Perene, pois se refere a uma eternidade, à idéia de que o capitalismo sempre existiu e sempre existirá. Isolada, pois descola o capitalismo da história, vinculando-o a leis naturais invioláveis. Na visão ideológica da economia política burguesa a sociedade é tida como algo abstrato (WOOD, 2003; MARX, 1996; GRAMSCI, 1978; KOHAN, 2004). A abstração da sociedade faz com que a esfera política no capitalismo tenha um caráter diferenciado, pois o poder de coação que suporta a ação capitalista não é acionado diretamente pelo expropriador e nem se baseia na submissão política ou jurídica do produtor ao capitalista.

Marx (1996) rechaça qualquer abstração da sociedade e analisa vários estados da antiguidade para compreender e exemplificar sua tese de despolitização da economia e apreensão da mesma pelos aparatos hegemônicos. Para Wood (2003) a organização capitalista foi tecida em longos embates de poderes políticos que foram se tornando, aos poucos, poderes econômicos. Neste sentido a organização da produção passou a ser realizada pela autoridade do capital. Esta autoridade da propriedade privada que passa a organizar a produção advoga em benefício próprio. Ellen Wood defende que este processo que “se afirmou nas mãos do proprietário privado, e para seu próprio benefício, do poder de apropriação e da autoridade para organizar a produção, pode ser visto como a privatização do poder político” (WOOD, 2003, p.41).

O efeito desta privatização é percebido, por exemplo, no feudalismo ocidental e na administração imperial que o sucedeu (em escalas distintas). No caso do Estado Imperial é emblemática a queda do Império Romano e de todas as tentativas de organização similares seguintes (WOOD, 2003). Este fracasso resultou na fragmentação do império em pequenas unidades de poder privado, onde os detentores de tal poder eram simultaneamente executores de funções políticas, militares, jurídicas e apropriavam e organizavam os meios de produção submetendo-os aos interesses privados (COUTINHO, 1999; WOOD, 2003). Seguindo a isso a escravidão sofre um forte declínio e começam a surgir trabalhadores independentes, quando emerge e se consolida a organização feudal. Neste momento, o feudo, enquanto fragmento do estado, é ao mesmo tempo uma unidade produtiva, onde toda organização era capitaneada pelo interesse privado e em benefício deste².

Em dado momento, os fazendeiros que eram livres começaram a pedir proteção política e militar aos senhores feudais, uma vez que com um Estado fragmentado o feudo passa a ser ao mesmo tempo “método de governo e modo de exploração” (WOOD, 2003, p.43). Com isso os feudos foram se ampliando física, política e economicamente. O feudalismo representa deste modo um grande avanço para a autoridade da propriedade privada, cerne da análise da cisão economia e política no capitalismo.

2 Este episódio é um fato essencial para a consolidação do formato capitalista atual, embora, neste período o senhor feudal não dispunha do poder de condução da produção que dispõem o capitalismo moderno (WOOD, 2003).

O feudalismo representa então a privatização do poder político que ao mesmo tempo integra a apropriação e a organização dos meios de produção privada com os ditames políticos. O capitalismo contemporâneo simplesmente sofisticou e aprofundou esta integração através da expropriação completa do produtor pelo capitalista (COUTINHO, 1999; MARX, 1996; WOOD, 2003). Um exemplo disso na atualidade é a segregação da dimensão econômica da política.

Esta argumentação explicita a privatização da política. O Estado mesmo separado da economia ainda pode intervir nesta, mas é ilusória a idéia de que este Estado pertença a todos (apropriadores e produtores) uma vez que toda a sociedade, através do sufrágio universal, participa da constituição dos quadros diretores estatais (cargos eletivos). E mais ilusório ainda é a crença de que o Estado possa provocar mudanças radicais na economia e no seu processo de organização da produção (MARX, 1996; WOOD, 2003).

O sistema político hegemônico da contemporaneidade, sustentado em base liberal e operacionalizado através da democracia representativa liberalista, está deste modo desconectado da dimensão econômica. Rancière (2007) denomina este modelo hegemônico de “democracia de mercado”.

A democracia hegemônica na contemporaneidade, vigente no cenário do capitalismo global, que segrega a economia do debate político é baseada em três pilares (Avritzer, 2006; Santos, 2002). O primeiro pilar deriva da afirmação weberiana de que em um Estado moderno os indivíduos perderiam o controle sobre as arenas políticas, administrativas, militares e jurídicas. Para Weber o indivíduo passaria a ser controlado por uma burocracia especializada e hierarquizada, pois somente esta estaria apta a dirigir o Estado moderno e toda sua complexidade. O segundo pilar foi constituído durante a formação da teoria democrática nos séculos XVIII e XIX onde houve grande debate sobre a racionalidade e a mobilização. Segundo Avritzer (*apud* SANTOS, 2002, p.565) vários autores “como Ortega y Gasset, Karl Mannheim, Eric Fromm e Max Horkheimer”, contribuíram para a formação da democracia hegemônica ao se posicionarem contra uma racionalidade participativa na política. Tal visão era sustentada pela idéia de que a participação popular era apenas uma “pressão irracional das massas” (SANTOS, 2002, p.566). A principal consequência deste argumento é o governo das elites como garantia de uma manutenção da ordem. O terceiro e último pilar refere-se à idéia de que todas as formas de iniciativas coletivas são similares e geram uma contradição entre mobilização e institucionalização (SANTOS, 2002).

Com a democracia hegemônica baseada em fundamentos que não estimulam ou mesmo inibem a participação cidadã (além do voto como ferramenta de legitimação e não participação), se tem uma forte segregação entre economia e política de tal modo que é constituído um ambiente extremamente hostil para a eliminação das desigualdades sociais e para criação de políticas públicas amplas e equitativas. Em um cenário onde a luta de classes e a disputa pela hegemonia no Estado brasileiro demandam o compartilhamento do poder decisório (se não a tomada desse), a idéia de que o voto puro e simples pode promover transformações radicais na economia nacional e na forte desigualdade social reinante é no mínimo limitada como é igualmente limitada a democracia hegemônica vigente. A contra-hegemonia neste caso se esforça em construir alternativas desformalizadoras e desregulamentadoras para o desenvolvimento local, inserida no contexto democrático hegemônico. Para Oliveira (2001, p.19)

Assim, pois, o desenvolvimento local entendido como tendência contrária aos processos dominantes, também terá seus momentos de desformalização e desregulamentação, ao mesmo tempo em que necessita inventar uma nova forma que não possa ser assimilada pelo adversário global, concentrador e anti-democrático.

Vislumbrar o desenvolvimento local, em um cenário democrático liberal hegemônico, é algo inimaginável, pois como explica Oliveira (2001), existe uma forte tendência para se evitar o conflito, o choque de idéias e ideais. Acredita-se, equivocadamente, que o desenvolvimento local, seja sinônimo de harmonia e ausência de conflitos. Um mecanismo desformalizador segundo Oliveira (2001) é o Orçamento Participativo. No próximo tópico, este mecanismo e sua inserção no modelo democrático liberal será analisado sob a ótica da teoria grasciana da hegemonia.

Democracia Contra-Hegemônica: OP e o Resgate do Debate Econômico e Político

A hegemonia e a contra-hegemonia são indissociáveis. Segundo Gramsci (1978) elas fazem parte de um movimento simultâneo onde uma depende da outra. A complexificação das sociedades contemporâneas, como bem ressalta Nogueira (1999), sugere muitas

vezes novas idéias e novas iniciativas, que buscam sofisticar ou mesmo promover uma mudança radical em estruturas cristalizadas de manutenção de poder hegemônico. O que alguns autores (SANTOS, 2002; ROSAS e SANTOS, 2009) questionam, porém, são os limites da hegemonia. Trata-se de uma delimitação difícil, pois são muito tênues as divisórias de cada conceito quando analisadas à luz da empiria. Algumas iniciativas podem ser consideradas contra-hegemônicas por fazerem frente ao capitalismo global, mas ao mesmo tempo podem significar formas de opressão e desigualdade. Por outro lado uma iniciativa que é contra-hegemônica em um local, pode não ser em outro. E ainda, uma iniciativa que afronta a hegemonia reinante pode ser cooptada pelo capitalismo global hegemônico (SANTOS, 2002). Este é um campo rico para debates e reflexões que comporta (entre outros) um ponto de concordância: das diversas iniciativas e experimentações que surgem para contrapor o capitalismo global hegemônico, uma que se destaca no cenário mundial é o orçamento participativo (OLIVEIRA, 2001; CUNHA, ALLEGRETTI e MATIAS, 2007; PEREIRA, 2004; AVRITZER, 2006, MARQUETTI *et al.*, 2008; SANTOS, 2002).

O orçamento participativo (OP) é um instrumento de participação popular na elaboração do orçamento municipal, que é classificado por Santos (2002) como prática democrática de alta intensidade por congregar diversos atores sociais para um debate sobre aplicação de recursos municipais. Esta iniciativa consegue conjugar práticas de democracia participativas e representativas simultaneamente e é considerada uma das construções institucionais mais inovadoras do Brasil (CUNHA, ALLEGRETTI e MATIAS, 2007; PEREIRA, 2004; SANTOS, 2002; AVRITZER, 2006; GENRO, 2002; MARQUETTI *et al.*, 2008; ROSAS e SANTOS, 2009). Existem vários modelos de operacionalização de um OP (alguns fazem processos de eleição de delegados que irão votar nos projetos para sua comunidade, outros adotam votações mais amplas em assembléias orçamentárias, etc.), mas uma característica marcante nesta tecnologia de participação é o enfrentamento das políticas clientelistas e a redistribuição de renda.

O desenvolvimento e a modernização na sociedade ocorrem, na visão weberiana³, através da racionalização e da burocratização.

3 Não se imputa aqui qualquer compromisso dogmático de Max Weber com o capitalismo, apenas destaca-se a elaboração teórica do autor que foi, posteriormente, apropriada pelo sistema. Ramos (1989, p.5) afirma que “o julgamento que Max Weber

Decisões técnicas racionalizam e ditam a organização de todas as esferas sociais, da administração pública aos processos de comunicação e relacionamento social. A modernidade da sociedade possui implícita em si, o planejamento e a lógica racional vinculadas ao desenvolvimento industrial, à urbanização e ao capitalismo.

Esta lógica da racionalidade instrumental weberiana, que se avoluma no capitalismo, vai além da dimensão trabalho, pois o mercado, em tempos de globalização e integração, dita uma série de “condições” para o perfeito “funcionamento” da sociedade. A racionalidade instrumental é conceituada pela relação entre meios-fins. Objetiva-se organizar os meios específicos para atingir determinado fim, ou seja, escolha estratégica para consecução de objetivos (GONÇALVES, 1999).

Esta relação meio-fim era (e é) marcada por movimentos clientelistas na política inserida no modelo democrático hegemônico. Avritzer (2002 *apud* SANTOS, 2002) lembra que o Congresso Nacional Brasileiro, nos primeiros anos da redemocratização, era uma expressão desse clientelismo onde a aplicação de recursos do orçamento era balizada por emendas dos parlamentares. O Ministério do Planejamento fora transformado em um “mecanismo de troca de favores políticos por liberação de recursos orçamentários” (AVRITZER, 2002 *apud* SANTOS, 2002, p.572).

O OP surge no Brasil na década de 70, mas é na década de 80 que ele ganha grande envergadura através, principalmente, da experiência de Porto Alegre. Esta experiência democrática contra-hegemônica ganha gradualmente visibilidade e é aplicada em vários municípios brasileiros ao longo do tempo, sendo que em cada local existia um modo específico de organização do OP o que confere grande diversidade a esta iniciativa. Ainda que não exista uma padronização em sua execução, os modelos aplicados nas primeiras experiências (Porto Alegre e Belo Horizonte) consistiam em um processo de deliberação e negociação dividido em duas etapas: inicialmente a participação dos interessados é direta e em um segundo momento a participação acontece através de um conselho de delegados.

O OP possui uma grande pluralidade de indivíduos e isso tem feito que ele seja eficaz não somente na questão da inversão de prioridades da aplicação de recursos públicos, mas também e principalmente, na construção de uma “cultura que responsabiliza o

fez do capitalismo e da moderna sociedade de massa foi essencialmente crítico, apesar de parecer laudatório.”

cidadão pelo controle dos atos e das políticas do Estado, em que se amplia a participação da sociedade civil no controle e tomada de decisão do poder, constituindo-se numa esfera pública não – estatal.” (Teixeira, 2001, p.166).

Deste modo, o OP constitui uma singular capacidade de transformar, aos poucos a cultura política local, ou seja, hegemônica, a partir das práticas participativas e de responsabilização do cidadão e do governo, através de um rico processo de aprendizagem política (Teixeira, 2001; PEREIRA, 2004; OLIVEIRA, 2005).

Ao propor a participação popular em um tema tido como técnico e complexo, domínio de burocratas da gestão pública, como o orçamento municipal, a prefeitura de Porto Alegre (e as demais experiências seguintes) atinge um dos pilares da democracia representativa liberalista hegemônica, que não reconhece a capacidade de participação dos cidadãos em áreas tão técnicas que deveriam ser operadas pela burocracia administrativa, na visão de Max Weber. Outro ponto nevrálgico da democracia hegemônica atingida pelas iniciativas participativas brasileiras e em especial pela experiência do OP é a ação coletiva e sua institucionalização no caso brasileiro.

O Orçamento Participativo resgata ainda o debate da economia dentro da esfera política⁴, algo que se perdeu devido à democracia hegemônica. Este resgate é importante e aponta para um horizonte onde as experiências de democracia de alta intensidade (SANTOS, 2002), como o OP, podem auxiliar a emancipação das pessoas à medida que estas se aproximem cada vez mais dos espaços de debate público, vivenciando um processo de aprendizagem política e reduzindo as desigualdades sociais existentes em nível local. Sem dúvidas o processo de aprovação das obras e investimentos em cada uma das fases do OP é intenso em conflitos de opiniões e idéias. Muito debate é necessário para a definição de onde determinado recurso será alocado.

Ainda que o OP seja muito limitado, pois atua somente sobre uma parte do orçamento, sua prática faz com que a cidadania seja mais

4 Deve-se destacar que se faz referência ao resgate do debate da economia dentro de uma arena política plural que o OP proporciona. Não se refere à privatização da política que o capitalismo hegemônico global impõe através da apropriação dos meios de produção, ou seja, o OP proporciona o resgate do debate político ao mesclar características de democracia representativa e democracia participativa para direcionar a aplicação de recursos públicos e influenciar (parcialmente) a agenda pública local, mas (infelizmente) tal mecanismo não efetua um novo “ligamento” das dimensões política e econômica que sofreram uma cisão dentro do capitalismo hegemônico.

fortemente exercida e vivenciada. Para Oliveira (2001, p.12) a cidadania é um importante pilar do desenvolvimento local. Seria a mudança cultural, pela qual na visão gramsciana, a contra-hegemonia começaria a se tornar hegemonia. O fortalecimento do OP e da cidadania é algo primordial para um desenvolvimento local, e ao mesmo tempo, é algo muito distante das propostas embrionadas no seio do sistema hegemônico. Para ultrapassar os limites da visão neoliberal de desenvolvimento local, Oliveira (2001, p.19) defende que o requisito para sua ultrapassar o campo da racionalidade burguesa é a “combinação de formas diferentes, em níveis e abrangências diversas, é a única possibilidade da cidadania. Assim, um desses *fronts* pode ser o orçamento participativo cuja essência - que é uma nova forma - consiste em ir além da razão burguesa inscrita na estruturação do Estado”. O OP enquanto uma tecnologia de participação (CUNHA, MATIAS e ALLEGRETTI, 2007) traz a possibilidade de construção de uma lógica contra-hegemônica.

Após analisar a democracia, a participação popular e o orçamento participativo no contexto do neoliberalismo, o tópico seguinte irá visualizar a tecnologia e suas implicações para o desenvolvimento.

Tecnologia, Democracia e Desenvolvimento: O Simulacro Hegemônico

A produção e aplicação de novas tecnologias seguem uma linearidade calçada basicamente na idéia de um desenvolvimento econômico como o promotor do desenvolvimento social. Esta via pode ser caracterizada pela produção de pesquisas e geração de inovação guiada pelo processo a seguir citado e que foi definido por Dagnino (2009). Em conformidade com este autor, a figura 1 mostra as relações entre pesquisa e desenvolvimento.

Parte-se de um processo de pesquisa básica (PB), que em seguida é aplicada (PA) gerando o desenvolvimento de tecnologias (DT). Em seguida estas tecnologias geram a elaboração de processos de produtos (EPP) de modo que se tenha a inovação (I) e a partir dela o desenvolvimento econômico (DE), que finalmente levaria ao desenvolvimento social (DS).

Figura 1: Relações entre pesquisa e desenvolvimento

PB → PA → DT → EPP → I → DE → DS

Fonte: Baseado em DAGNINO, 2009

Tendo em vista este fluxo, espera-se da tecnologia um reflexo positivo na sociedade, que se converta em desenvolvimento econômico e social. O desenvolvimento econômico se daria pela renovação e ampliação da oferta de produtos e serviços oferecidos no mercado, e pela sua democratização, aumentando o tamanho dos mercados consumidores, gerando maior acumulação de riquezas. O desenvolvimento social, como consequência do econômico, seria oriundo do maior acesso a bens e serviços e da possibilidade de maior acumulação oriunda do progresso econômico.

No entanto, esta relação não parece refletir sempre a realidade. A geração de desperdício de tecnologias consideradas obsoletas, a exclusão tecnológica de classes sociais e países, a não concretização do desenvolvimento social universal mesmo nos países desenvolvidos e a falta de controle social sobre as tecnologias adotadas revelam a limitação desta visão. Seria o “desperdício da experiência” que Boaventura de Sousa Santos (2002) se refere. Esta visão restrita de desenvolvimento e de tecnologia é mandatária no ídéo neoliberal.

Dagnino (2009) discorrendo sobre este tema defende que existem importantes características diferenciadoras entre as tecnologias. E mais: a tecnologia não é, na visão deste autor, neutra e passível de plena aplicação em diferentes contextos. Com isso, Dagnino (2009) sugerem uma tipologia básica distinguindo tecnologias capitalistas (TC) de tecnologias não capitalistas ou sociais (TS). Segundo Dagnino (2009) o que determina a especificidade da tecnologia capitalista não é a propriedade privada dos meios de produção. Mas sim, o tipo de controle “que esta determina ou faculta” (DAGNINO, 2009, p.102).

Por conta disso, cabe uma distinção entre as tecnologias capitalistas (com intenso uso de recursos e baixo uso de mão-de-obra) das ditas tecnologias sociais⁵, que, aliás, carregam forte polissemia, como destaca Brandão (2001, p.13).

⁵ Certamente todas as tecnologias, por serem gestadas na sociedade, podem ser entendidas como sociais. O termo social, aqui aplicado por vários autores serve como

As tecnologias sociais devem buscar a participação comunitária no processo decisório de escolha tecnológica, devem apresentar baixo custo final nos produtos e serviços e dos investimentos necessários (independente da escala produtiva) e ainda respeito à cultura local e ao meio ambiente (DANGINO, BRANDÃO e NOVAES, 2004).

Quanto se pensa em participação comunitária nos processos de tecnologia se está trazendo (ou realizando um esforço para) a cidadania para um contexto decisional totalmente alheio ao modelo democrático em voga. E aqui não se trata de pensar a cidadania nos moldes liberais, tidas no Brasil através da expressão cidadão-consumidor, à reboque do gerencialismo de Bresser-Perreira. A população não participa e não deve participar deste tipo de decisão, sobre qual o melhor tipo de tecnologia a ser adotada, por exemplo. Este tipo de decisão fica restrito às grandes corporações, que detêm forte poder econômico e político. Sobre este tema, Oliveira (2001) exemplifica com o caso da General Motors e da cidade de São Caetano – SP:

Porque o tipo de poder personificado hoje pelas grandes corporações fundiu o que anteriormente o liberalismo havia cindido: o poder econômico como distinto do político. Essa fusão é peculiar porque ela não se realiza transformando o poder político em subalterno do econômico (OLIVEIRA, 2001, p.27, grifos adicionados)

Cria-se uma realidade paralela, difusa, sobre o desenvolvimento local ignorando a cidadania e a participação popular tanto na gestão municipal, como nos processos produtivos e determinação tecnológica. Um verdadeiro simulacro, com ilusões de desenvolvimento, à exemplo do que Oliveira (2001) descreve sobre o caso da revitalização de alguns bairros periféricos: vende-se a idéia de que tais iniciativas são de desenvolvimento local, quando na verdade são apenas mais um artifício de reprodução do capital que busca valorizar imóveis, terrenos, etc.

uma diferenciação junto às tecnologias capitalistas, dada a polissemia já referenciada no texto.

À Guisa de uma Conclusão: Por Dentro de um Simulacro de Progresso

Do mesmo modo que é descabido se pensar em liberdade (sob a ótica do liberalismo) em uma sociedade onde as bases materiais são absurdamente desiguais e é complicado pensar em uma democracia plena e emancipadora onde as pessoas são social, cultural e economicamente segmentadas. Pensar em desenvolvimento local sem a vivência da cidadania soa como algo irreal. Note-se, porém, que não se trata de um cidadão consumidor.

A lógica neoliberal vai galgando os mais variados flancos na sociedade fornecendo conceitos, ideais e terminologias para todas as dimensões possíveis. Ver o cidadão como um consumidor, remete-nos ao arcabouço schumpeteriano (que foi operacionalizado por Robert Dahl) de um mercado político onde ocorre acirrada disputa por votos. Nesta visão os votantes são os consumidores e os políticos os empresários. A soberania do eleitor consiste em escolher periodicamente os fornecedores de bens políticos que mais se adéqüem à seus interesses e que estejam mais qualificados para governar. Esta idéia de Schumpeter de um mercado político recebe diversas críticas, pois se ignora o fato de que este “mercado” não oferece iguais condições de competição. Não se tem um mercado político competitivo, mas sim oligopolizado onde poucos podem participar plenamente.

Ao trazer como proposta uma investigação sobre a democracia e o desenvolvimento, partindo do exame da participação popular, do orçamento participativo e da tecnologia, o presente ensaio apresenta indícios teóricos de que se vivencia um simulacro de progresso, uma grande fantasia de desenvolvimento: se imagina que votar é participar e é ser cidadão; se imagina que ao usar um MP4 está tecnologicamente atualizado; se imagina que ao participar do OP e decidir sobre a revitalização de um bairro se está contribuindo para a reprodução do capital. Encontram-se pistas de que na atualidade se vivencia um simulacro de progresso que oculta, na verdade, um grande regresso social e político, pois, o conceito de desenvolvimento local não traz de fato, alternativas ao modelo hegemônico liberal em voga.

Referências

ALMEIDA, J. Marketing Político – Hegemonia e Contra-hegemonia. Ed. Xamã / Fundação Percebe Abramo, São Paulo, 2002.

AVRITZER, L. **Sociedade Civil e Participação Social no Brasil**. DCE/UFMG, Belo Horizonte, 2006.

BRANDÃO, F. C. **Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas – PTA: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico induzido pelo CNPq**. Dissertação (mestrado em desenvolvimento sustentável) – UnB, Brasília, 2001.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

Cunha, E; Allegretti, G; Matias, M. **As Tecnologias de Informação e Comunicação na gramática dos Orçamentos Participativos: tensões e desafios de uma abordagem essencialmente subordinada**. Evento COMPOLITICA, Belo Horizonte, 2007.

DAGNINO, R. (Org.) **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Companhia de Comunicação, Brasília, 2009

DAGNINO, Renato, BRANDÃO, Flavio e NOVAES, Henrique (2004): Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In De Paulo, Antonio e outros (ed.): **Tecnologia Social, uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil. p. 15-64.

DOWBOR, L. **A Reprodução Social – Volume 1** – Ed. Vozes, Petrópolis, 2001.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. Trad. Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. Edunesp/Boitempo, São Paulo, 1997.

GENRO, T. **Crise da Democracia: Direito, Democracia direta e Neoliberalismo na Ordem Global**. Ed. Vozes, Petrópolis-RJ, 2002

GÓES, L. T. **Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web**. Anais do IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, Salvador, 2007.

GONÇALVES, M. A. S. **Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola**. Revista Educação & Sociedade, ano XX, nº 66, Abril/99

GRAMSCI, A. **Cuadernos de La carcel (Tomo 1/ Cuadernos 1 Y 2)**. EDICIONES ERA, MÉXICO Ano: 1981a

GRAMSCI, A. **Cuadernos de La carcel (Tomo 2/ Cuadernos 3, 4 Y 5)**. EDICIONES ERA, MÉXICO Ano: 1981b

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989.

KATZ, H. **Gramsci, hegemonia, e as redes da sociedade civil global**. REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales. Vol.12,#2, Junio 2007. Disponível em <http://revista-redes.rediris.es> acesso em maio de 2008.

KOHAN, N. **Gramsci e Marx: Hegemonia e Poder na Teoria Marxista**. Revista Tempos Históricos ano 10, n. 1. p. 15-70 sem. 2007

MARQUETTI, A. *et al.*(Org) **Democracia Participativa e Redistribuição: Análise de Experiências de Orçamento Participativo**. Ed. Xamã, São Paulo, 2008.

MARX K. **O Capital – Crítica da Economia Política, volume I, Livro primeiro O processo de reprodução do capital**. Tomo 1 - Editora Nova Cultural Ltda. 1996, - São Paulo – SP

NOGUEIRA, M. A. **Cidadania, Crise e Reforma Democrática do Estado**. Perspectivas. Revista de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 22, 1999, pp. 61-84.

OLIVEIRA, E. F. **Governança e Orçamento Participativo: Reflexões a partir do caso de Porto Alegre**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia – UFBA/NPGA, Salvador-BA.

OLIVEIRA, F de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

PEREIRA, A. F. **Gestão democrática do Conselho Municipal do Orçamento Participativo de Campina Grande-PB: Impasses, desafios e avanços**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Quintaneiro, T, Oliveira, M. L, Oliveira, M. G. **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ª Ed, Belo Horizonte, Editora UFMG – 2003.

RANCIÈRE, J. **Hatred of Democracy**. Verso, London. 2007.

ROSAS, F. e SANTOS, B. S. **Pela mão de Marx: Mercado, Estado e Sociedade Civil no Século XXI**. Seminário FEUC – CES, Coimbra, 16-01-09, Portugal 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (Coleção Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos).

SOUZA, R. B. R **Gramsci e a Comunicação: A mídia como aparelho privado de hegemonia**. Anais da VII Jornada Multidisciplinar: Humanidades em Comunicação FAAC/UNESP-Bauru / outubro 2005

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

WOOD, E. M. **Democracia contra Capitalismo – a Renovação do Materialismo histórico**. Ed. Boitempo, SP, 2003.